

Processo nº 3.787/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 3.787/2025

Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de desinsetização e desratização, visando o controle sanitário integrado no combate a vetores e pragas urbanas, bem como a execução de serviços de limpeza e higienização de reservatórios de água, para atender o Abrigo Raio de Sol, Centro Dia do Idoso, Lar dos Idosos e Café da Manhã do Trabalhador

Saquarema, 08 de abril de 2025.

Processo nº 3.787/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA

(Processo Administrativo: 1.771/2025)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de desinsetização e desratização, visando o controle sanitário integrado no combate a vetores e pragas urbanas, bem como a execução de serviços de limpeza e higienização de água, para atender o Abrigo Raio de Sol, Centro Dia do Idoso, Lar dos Idosos e Café da Manhã do Trabalhador, sob coordenação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNID.	Quantidade
1	3417	Desinsetização e Desratização	M²	4.372,56
2	13595	Higienização de Reservatórios	M³	96

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. Os serviços desta contratação serão prestados de forma contínua.

1.4. O objeto desta contratação não como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 2.724, de 10 de janeiro de 2024.

1.5 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da celebração do instrumento contratual.

Processo nº 3.787/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

1.6. O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2025], conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

2.2. A contratação de uma empresa especializada para a prestação de serviços de desinsetização e desratização, visando o controle sanitário integrado no combate de vetores e pragas urbanas, bem como a execução de serviços de limpeza e higienização de reservatórios de água, se faz necessária para garantir a higiene, segurança e qualidade ambiental das unidades assistenciais do município, incluindo o Abrigo Raio de Sol, Centro Dia do Idoso, Lar dos Idosos e Café da Manhã do Trabalhador.

2.3. A presença de insetos, roedores e outros vetores representa riscos diretos à saúde dos assistidos e servidores, podendo ocasionar a proliferação de doenças, contaminação de alimentos, degradação do ambiente e comprometimento da qualidade dos serviços prestados. Além disso, a limpeza e higienização dos reservatórios de água é fundamental para evitar a proliferação de micro-organismos patogênicos e assegurar o fornecimento de água potável dentro dos padrões sanitários exigidos.

2.4. Cabe ressaltar que as unidades contempladas acolhem pessoas em situação de vulnerabilidade, incluindo idosos e indivíduos que necessitam de um ambiente salubre para sua permanência e atendimento adequado. A ausência desses serviços pode resultar em sérios prejuízos à saúde pública, ao bem-estar dos assistidos e na infraestrutura dos espaços, comprometendo a execução das políticas sociais desenvolvidas no município.

2.5. Ademais, a Administração Pública não dispõe de equipe técnica qualificada e de insumos adequados para a execução dessas atividades, o que torna imprescindível a contratação de uma empresa especializada, garantindo a aplicação de métodos eficazes, produtos regulamentados pelos órgãos competentes e o cumprimento das normas sanitárias vigentes.

2.6. Diante do exposto, a presente contratação visa preservar a saúde, a segurança e a qualidade dos serviços prestados, garantindo o controle sanitário adequado, a prevenção de riscos ambientais e a continuidade das atividades institucionais das unidades assistenciais contempladas.

2.7. Nesta toada, a contratação do objeto em tela é imprescindível para a continuidade das atribuições inerentes à Administração Pública Municipal.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se preconizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Processo nº 3.787/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.2. A Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental, conforme prevê a IN STLI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, e legislação correlatas, naquilo que couber, e ainda:

4.2.1. A execução dos serviços deve priorizar produtos e métodos ecologicamente responsáveis, assegurando:

4.2.1.1. Utilização de produtos químicos de baixa toxicidade, devidamente certificados pelos órgãos ambientais e de saúde, reduzindo os impactos sobre o meio ambiente e a saúde humana.

4.2.1.2. Aplicação de técnicas menos invasivas, como armadilhas ecológicas e controle integrado de pragas (CIP), diminuindo a necessidade do uso excessivo de pesticidas.

4.2.1.3. Uso racional da água e descarte adequado de resíduos, principalmente na higienização de reservatórios, evitando contaminações e desperdícios.

4.2.1.4 Preferência por fornecedores e prestadores de serviço que adotem práticas sustentáveis, como embalagens biodegradáveis ou recicláveis para os produtos utilizados.

Subcontratação

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Requisitos Técnicos da contratação

4.6. Requisitos Técnicos para os serviços de Desinsetização e Desratização

4.6.1. A empresa contratada deve seguir as diretrizes estabelecidas pelos órgãos reguladores, incluindo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Ministério da Saúde e Conselhos Regionais de Química e Biologia, observando os seguintes requisitos:

4.6.1.1. Métodos e Procedimentos

- Aplicação de técnicas de Controle Integrado de Pragas (CIP), priorizando métodos preventivos e corretivos para minimizar o uso de produtos químicos.
- Utilização de inseticidas, raticidas e larvicidas registrados na ANVISA e de baixa toxicidade para seres humanos e animais domésticos.

Processo nº 3.787/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

- Aplicação de métodos específicos para diferentes pragas, como atomização, pulverização, termonebulização, iscas atrativas e barreiras químicas.
- Implantação de medidas de monitoramento contínuo, com inspeções periódicas para identificar possíveis focos e reavaliação da eficácia das ações adotadas.

4.6.1.2. Segurança e Controle Ambiental

- Uso de produtos com fórmulas biodegradáveis e menos agressivas ao meio ambiente, respeitando as diretrizes da Resolução CONAMA nº 358/2005.
- Aplicação segura dos produtos, evitando contaminação de alimentos, água potável e ambientes sensíveis, especialmente nas unidades de assistência a idosos.
- Fornecimento de Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ) para todos os produtos utilizados.
- Todos os profissionais devem possuir treinamento específico em manejo de pragas, uso correto de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e segurança do trabalho

4.7. Requisitos Técnicos para os Serviços de Limpeza e Higienização de Reservatórios de Água

4.7.1. A limpeza e desinfecção de reservatórios de água devem seguir os padrões sanitários estabelecidos pelo Ministério da Saúde, conforme a Portaria GM/MS nº 888/2021, que dispõe sobre a qualidade da água para consumo humano.

4.7.2. Métodos e Procedimentos

- Esvaziamento controlado do reservatório, garantindo que a operação seja realizada sem comprometer o abastecimento de água das unidades atendidas.
- Remoção de detritos e incrustações, utilizando técnicas mecânicas e produtos adequados, sem comprometer a integridade do reservatório.
- Desinfecção com produtos certificados pela ANVISA, como hipoclorito de sódio ou outros sanitizantes aprovados, para eliminação de microrganismos patogênicos.
- Enxágue e preenchimento gradual do reservatório, com análise da qualidade da água antes da liberação para consumo.

4.7.3. Segurança e Controle Ambiental

- Descarte correto dos resíduos sólidos e da água residual, evitando contaminação do solo e das redes de esgoto.
- Emissão de laudo técnico pós-serviço, com análise microbiológica da água, conforme os parâmetros da Vigilância Sanitária e da ABNT NBR 15.784/2009.

4.7.4 Requisitos Técnicos da Empresa e dos Profissionais

- A empresa contratada deve possuir registro nos órgãos competentes, como Vigilância Sanitária e Conselho Regional de Química (CRQ).
- Os profissionais devem ser treinados e qualificados em técnicas de higienização de reservatórios e controle de qualidade da água.

Processo nº 3.787/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

- Emissão de Relatório Técnico de Higienização, atestando a conformidade do serviço executado e garantindo a potabilidade da água.
- A equipe técnica deve contar com responsável técnico habilitado, registrado no Conselho Regional de Química (CRQ) ou Conselho Regional de Biologia (CRBio).

4.8. Requisitos Gerais para a Contratação

4.8.1. Além dos requisitos específicos para cada serviço, a contratação deve contemplar:

- Garantia dos serviços prestados, com possibilidade de reavaliação e reaplicação sem custos adicionais em caso de ineficácia.
- Cronograma de execução ajustado às necessidades das unidades atendidas, evitando impactos na rotina dos assistidos e servidores.
- Fornecimento de Relatórios Técnicos de Execução, com descrição detalhada das atividades realizadas, produtos utilizados e periodicidade recomendada para futuras intervenções.

4.9. Conclusão

4.9.1. A definição dos requisitos técnicos para a contratação da empresa especializada deve garantir eficiência, segurança e conformidade com a legislação vigente, assegurando a qualidade sanitária dos ambientes e a saúde dos assistidos e servidores. O cumprimento dessas especificações contribui para a prevenção de doenças, conservação do patrimônio público e bem-estar da população atendida.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução dos serviços será feita por semestre, e iniciará após os trâmites contratuais, emissão empenho e consequentemente a emissão da Ordem de Serviço.

5.2. O início da execução do objeto será no prazo improrrogável de até 05 (cinco) dias úteis da emissão da ordem de início de serviço.

5.3. Cronograma de realização dos serviços será definido entre a licitante vencedora e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Local e Horário da Prestação dos Serviços

5.4. Os serviços objeto do presente Termo de Referência serão executados nos seguintes endereços:

- Abrigo Raio de Sol: Rua Praia dos Cajueiros, 738 – Vilatur, Saquarema/RJ.
- Centro Dia do Idoso (Bacaxá): Estrada da Caixa d'Água, 380 – Caixa d'Água – Bacaxá – Saquarema/RJ.
- Centro Dia do Idoso (Jaconé): Rua 79, nº 1350, Reserva de Jacomé – Jacomé – Saquarema/RJ.
- Centro Dia do Idoso (Sampaio Corrêa): Rua J, Quadra C, Lote 46, Loteamento Borda do Campo – Sampaio Corrêa – Saquarema/RJ.
- Lar dos Idosos: Rua Umbelina Simões, nº 101, Porto da Roça – Saquarema/RJ.
- Café da Manhã do Trabalhador: Avenida Saquarema, nº 4299, Porto da Roça – Saquarema/RJ.

Processo nº 3.787/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

5.4.1. A execução dos serviços ocorrerá no intervalo compreendido entre as 9 (nove) horas e as 16 (dezesesseis) horas, de segunda a sexta-feira, exceto em dias de feriados ou pontos facultativos, salvo disposição em contrário acordada entre as partes.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.8. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.9. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

6.1. O contrato deve ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial: ([Decreto Municipal nº 2.722 de 10 de janeiro de 2024, art. 21](#))

6.7.1. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências ([Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 21, I](#));

6.7.2. Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 21, II](#));

Processo nº 3.787/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

6.7.3. Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção ([Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 21, III](#));

6.7.4. Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso ([Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 21, IV](#));

6.7.5. Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas ([Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 21, V](#));

6.7.6. Fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação ([Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 21, VI](#));

6.7.7. Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 21, VII](#));

6.7.8. Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo e com o setorial, conforme o disposto no inciso VII do art. 20 do Decreto Municipal nº 2722 de 2024 ([Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 21, VIII](#));

6.7.9. Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VIII do art. 20 do Decreto Municipal nº 2722 de 2024 ([Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 21, IX](#));

6.7.10. Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 24, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico ([Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 21, X](#)).

Fiscalização Administrativa

6.8. Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial ([Decreto Municipal nº 2.722 de 10 de janeiro de 2024, art. 21](#));

6.8.1. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas ([Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 22, I](#));

6.8.2. Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 22, II](#));

6.8.3. Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, na hipótese de descumprimento, observar o disposto em ato do Secretário de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia ([Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 22, III](#));

Processo nº 3.787/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

6.8.4. Atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência ([Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 22, IV](#));

6.8.5. Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico e com o setorial, conforme disposto no início VII do art. 20 do Decreto Municipal nº 2.722 de 2024 ([Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 22, V](#));

6.8.6. Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VIII do art. 20 do Decreto Municipal nº 2.722 de 2024 ([Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 22, VI](#));

6.8.7. Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 24, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo ([Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 22, VI](#)).

Fiscalização Setorial

6.9. Caberá ao fiscal setorial do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto exercer as atribuições de que tratam o art. 21 e o art. 22 do Decreto Municipal nº 2.722 de 10 de janeiro de 2024 ([Decreto Municipal nº 2.722 de 10 de janeiro de 2024., art. 23](#)).

Gestor do Contrato

6.10. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial ([Decreto Municipal nº 2.722 de 10 de janeiro de 2024., art. 20](#)):

6.10.1. Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, de que tratam os incisos II, III e IV do art. 18 do Decreto Municipal nº 2.722 de 2024;

6.10.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

6.10.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

6.10.4. Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

6.10.5. Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de que trata o inciso I do art. 18 do Decreto Municipal nº 2.722 de 2024;

6.10.6. Elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133/2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

Processo nº 3.787/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

6.10.7. Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;

6.10.8. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

6.10.9. Realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato referido no art. 24 do Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

6.10.10. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo será realizado no prazo de 8 (oito) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a devida verificação da efetiva prestação dos serviços, com a consequente aceitação. O objeto será recebido definitivamente pelo gestor do contrato, mediante atesto na Nota Fiscal, que formalizará a aceitação, dispensando-se, para tanto, a elaboração de termo detalhado de recebimento definitivo.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

Processo nº 3.787/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.9.1. O prazo de validade;

7.9.2. A data de emissão;

7.9.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.9.4. O período respectivo de execução do contrato;

7.9.5. O valor a pagar;

7.9.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impositivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Processo nº 3.787/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de Pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

Forma de Pagamento

7.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.20.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.20.2. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL, sob regime de execução indireta empreitada por preço global.

8.2. Será adotado o critério de julgamento de menor preço global em virtude de em um mesmo dia em um mesmo será feito a desinsetização, desratização e a limpeza dos reservatórios de água, por tanto se faz necessário a adoção pelo menor preço global, a fim de atender os padrões.

Para que a prestação do serviço possa ser aplicada de forma correta é fundamental que tais contratações sejam realizadas em conjunto, facilitando as atividades de produção, ajustes,

Processo nº 3.787/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

padronização e reposição. Cabe frisar ainda que a súmula 247 do TCU, admite a contratação por lote ou menor preço global, quando podemos garantir economicidade e livre concorrência, o que também se aplica no processo em tela.

Regime de Execução

8.3. o regime de execução do contrato será a empreitada por preço global.

Possíveis impactos ambientais

8.4. Embora os serviços de desinsetização, desratização e limpeza de reservatórios de água sejam essenciais para garantir condições sanitárias adequadas, o impacto ambiental pode ser significativo caso não sejam adotadas medidas de controle e mitigação. A adoção de práticas sustentáveis e a conformidade com normas ambientais são essenciais para garantir a eficiência dos serviços sem comprometer o meio ambiente.

Exigências de habilitação

8.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica:

8.6. No caso de Empresário Individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.8. No caso de Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal - SLU ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, onde opera com averbação no registro onde tem sede a matriz, no caso de ser praticamente sucursal, filial ou agência;

8.10. No caso de Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. Decreto de Autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.13. CPF e Cédula de Identidade do proprietário, diretores ou sócios, caso estes não constem relacionados nos documentos acima;

Habilitação fiscal, social e trabalhista

Processo nº 3.787/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.16. Prova perante a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos à Regularidade Fiscal perante a Receita Estadual, acompanhada da Certidão Negativa da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado;

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos Municipal/Estadual relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-financeira

8.22. Certidão Negativa de Falência e Concordata ou Insolvência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida até 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital, exceto quando ela constar o prazo de validade.

8.22.1. No caso de as Certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou concordata, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo fórum competente, informado em que fase se encontra o feito em juízo;

8.22.2. Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente;

8.23. A Licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, judicialmente com as certidões exigidas, declaração passada pela autoridade judiciária de sua comarca, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falência ou concordatas, ou Certidão dos Cartórios

Processo nº 3.787/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

da Comarca para fins de Licitação Pública, exceto se a empresa estiver sediada no Município de Saquarema.

8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, acompanhado dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, o qual deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio da empresa, ou ainda, pelo sistema Público de Escrituração Digital (SPED), vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

8.24.1. Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações de contábeis assim apresentados:

I. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedade Anônima):

- Publicados em Diário Oficial; ou
- Publicados em jornal de grande circulação; ou
- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do Licitante;
- Por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED);

II. Sociedade criada no exercício em curso:

- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do Licitante; ou
- Por meio de registro do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED);

III. Sociedade sujeita ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/06:

- Por fotocópia do Balanço das Demonstrações Contábeis, devidamente registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do Licitante;

IV. As empresas optantes ou submetidas ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)

- Apresentarão o Balanço Patrimonial na forma da Lei e das Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil, que tratam de Escrituração Contábil Digital (ECF), sendo que a autenticação do balanço patrimonial em formato digital será comprovada por meio de recibo de entrega emitido pelo sistema público de Escrituração Digital (SPED), quando do envio da Escrituração Contábil Digital (ECF), nos termos do § 1º do art. 78-A do Decreto Federal nº 1.800/96, incluído pelo Decreto Federal nº 8.638/16 e art. 2º do Decreto Federal nº 9.555/18.

8.25. Comprovação de boa situação financeira da empresa que será baseada na obtenção dos índices de Liquidez Geral (ILG), Índice de Solvência Geral (ISG) e Índice de Liquidez Corrente (ILC), devendo ser demonstrados pelos licitantes e assinados por seus contadores devidamente registrados no CRC, acompanhado da Certidão de Habilitação Profissional, conforme Resolução CFC nº 1637/2021, através das fórmulas abaixo. Para ser considerada habilitada a empresa deverá possuir os seguintes resultados:

Processo nº 3.787/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

Liquidez Geral (ILG) = índice maior ou igual a 1,00.

Solvência Geral (ISG) = índice maior ou igual a 1,00.

Liquidez Corrente (ILC) = índice maior ou igual a 1,00.

Fórmulas:

$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$

ILG – ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável à Longo do Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

$ILC = AC / PC$

ILC = ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

8.26. Caso a licença não apresente os índices na forma do item 8.24, deverá apresentar prova de possuir capital social mínimo devidamente integralizado ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor máximo estima pela administração, admitida a atualização para a data da apresentação da proposta através de índices oficiais. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e devidamente registrado, ou pelo Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, na forma da Lei.

Qualificação Técnica

8.27. A documentação relativa à **qualificação técnico-profissional e técnico-operacional** será restrita a:

8.28. Declaração de que recebeu todos e documentos necessários para participar da licitação e de que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

8.29. **Da Capacidade técnica-operacional** - Para fins de certificação a licitante deverá apresentar:

8.29.1. Conforme RDC 622/2022 ANVISA (que dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas), a licitante deverá apresentar comprovação mediante informação de prestação de serviços de controle de vetores e pragas em atestados de capacidade técnica, devendo apresentar o registro da empresa junto ao Órgão

Processo nº 3.787/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

fiscalizador pertinente, como o Conselho Regional de Biologia - CRBIO, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, Conselho Regional de Química, Conselho Regional de Farmácia - CRF ou Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV (Conforme disposto na Lei Estadual nº 7.806/2017);

8.29.2. Apresentar atestado (s) de capacidade técnica da licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa fornece ou forneceu produtos compatíveis ao objeto e que os termos contratuais estão sendo ou foram cumpridos integralmente. Se tratando de serviços contínuos, atestado que o licitante tenha executado serviços similares em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos, conforme §5º do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.29.3. A fim de comprovar os requisitos acima, a Licitante, caso julgue necessário, poderá encaminhar, juntamente com o atestado, cópias de contratos, Ordens de Serviços (devidamente assinadas), Notas de Empenho, Notas Fiscais/Faturas ou outros documentos equivalentes.

8.29.4. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

8.29.5. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência de registro ou inscrição na entidade profissional competente por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da sua solicitação.

8.29.6. Caso o atestado de capacidade técnica apresentado pela licitante tenha sido emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico do qual faz parte, o Pregoeiro deve diligenciar a fim de confirmar a sua veracidade/confiabilidade, podendo solicitar a apresentação dos documentos comprobatórios ou adotar outras medidas que entender cabíveis.

8.29.7. Será admitida a soma dos atestados ou certidões apresentadas pelos licitantes, desde que tais documentos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

8.29.8. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.29.9. A licitante, deverá apresentar comprovação do registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), em instituição de Vigilância Sanitária Estadual ou distrital a que o Município pertença.

8.29.10. A licitante, deverá apresentar comprovação do registro no Instituto Estadual do Ambiente (INEA), conforme exigência da Lei Estadual nº 7.806/2017;

8.29.11. A licitante deverá apresentar Licença de Funcionamento emitida pela Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde do Município de sua sede;

8.29.12. A licitante deverá apresentar Licença de Operação emitida pelo órgão pertinente ao serviço;

8.29.13. A licitante deverá apresentar Licença Ambiental emitida pela Secretaria de Meio Ambiente do Município de sua sede;

Processo nº 3.787/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

8.29.14. A Licença de Funcionamento, a Licença de Operação, o Alvará ou a Licença Sanitária, a Licença Ambiental, e o Registro atualizado devem ser expedidos pelos órgãos pertinentes ao serviço, como, por exemplo, o Instituto Estadual do Ambiente, Secretaria de Agricultura do Estado, Secretaria de Saúde do Município, Vigilância Sanitária Estadual, Vigilância Sanitária Municipal, conforme competência pactuada;

8.30. Para fins de certificar a qualificação técnica–profissional a licitante deverá apresentar:

8.30.1. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de profissional técnico responsável habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, com inscrição junto ao Órgão fiscalizador pertinente, como o Conselho Regional de Biologia - CRBIO, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, Conselho Regional de Química, Conselho Regional de Farmácia - CRF ou Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV

8.30.2. Poderão exercer a função de Responsável Técnico em empresas de Controle de Pragas e Vetores: biólogos, veterinários, químicos, engenheiros químicos, farmacêuticos e agrônomos, que possuam comprovação para exercerem tal função, emitida pelos respectivos Conselhos de representação profissional, conforme disposto no art. 8º, parágrafo único, da Lei nº 7.806/2017.

8.30.3. O responsável técnico indicado poderá ocupar a posição de diretor, sócio, empregado ou prestador de serviços, devendo ser comprovada sua vinculação com o licitante, até a data da apresentação dos documentos de habilitação, por meio de carteira de trabalho e previdência social (CTPS), contrato de prestação de serviços, ficha de registro de empregado ou contrato social, conforme o caso.

8.30.4. O responsável técnico indicado poderá, ainda, se vincular ao licitante por meio de declaração de compromisso de vinculação contratual futura ou por contrato de prestação de serviços que se refira à obrigação futura do profissional em responder tecnicamente pela licitante hipótese na qual deverá especificar sua vinculação à execução integral do serviço objeto da licitação.

8.30.5. Será admitido o somatório de atestados para comprovação da experiência anterior do Responsável Técnico, podendo inclusive indicar mais de um Responsável Técnico, na execução de todos os serviços discriminados. No caso de dois ou mais licitantes indicarem um mesmo profissional como responsável técnico todas serão inabilitadas.

8.30.6. A licitante deverá analisar e apresentar documentações referente a qualificação técnica, conforme RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA- RDC Nº 622, DE 9 DE MARÇO DE 2022.

8.31. Das Certidões Ambientais

Conforme necessidade de regularidade ambiental baseada no inciso IV do art. 67 da Lei nº14.133/2021, prevista em Lei especial, será necessário:

8.31.1. Certidão Ambiental de inexistência ou existência, nos últimos cinco anos, de penalidades referentes à prática de infração ambiental, conforme predis põe Decreto Estadual nº 46890 de 23/12/2021, Art. 43 inciso II.

8.31.2. Certidão Ambiental de inexistência ou existência nos últimos cinco anos, de dívidas financeiras referentes a infrações ambientais praticadas pelo requerente; conforme predis põe Decreto Estadual nº 46890 de 23/12/2021, Art. 43 inciso III.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Processo nº 3.787/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

9.1. O custo estimado total da contratação constará nos autos, a partir da pesquisa de mercado, a ser oportunamente realizada pelo Departamento de Compras desta municipalidade, em estrito cumprimento ao disposto no art. 6º do Decreto Municipal nº 2.741, de 06 de fevereiro de 2024.

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação ou poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação;

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. Realizar os pagamentos na forma e condições previstas neste Termo de Referência;

10.2. Realizar a fiscalização do objeto contratado;

10.3. Comunicar prontamente a Contratada, qualquer anormalidade no objeto do Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.4. Notificar à Contratada de quaisquer irregularidades encontrada(s) no(s) produto(s) que impossibilite(m) sua utilização;

10.5. Empenhar, para cumprimento do contrato, os recursos orçamentários necessários ao pagamento;

10.6. Notificar previamente o Contratada, quando da aplicação de penalidades;

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Realizar a prestação dos serviços de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência;

11.2. Tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução do objeto do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços;

11.3. Responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;

Processo nº 3.787/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

11.4. Atender às determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;

11.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por sua conta e responsabilidade, os bens recusados pelo CONTRATANTE no prazo determinado pela Fiscalização;

11.6. Responsabilizar-se, na forma do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços até o seu término:

11.6.1. Em caso de ajuizamento de ações trabalhistas em face da CONTRATADA, decorrentes da execução do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços, com a inclusão do Município de Saquarema ou de entidade da Administração Pública indireta como responsável subsidiário ou solidário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

11.6.2. No caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

11.6.3. As retenções previstas nas alíneas “a” e “b” poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o Município de Saquarema ou o CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso o Município de Saquarema ou entidade da Administração Pública indireta sejam compelidos a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;

11.6.4. Eventuais retenções previstas nas alíneas “a” e “b” somente serão liberadas pelo CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada;

11.7. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para a celebração do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços durante todo prazo de execução contratual;

11.8. Responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;

11.9. Observar os dispostos nos Decretos Municipais nº 2.721/2024, 2.722/2024, 2.723/2024, 2.724/2024 e 2.740/2024;

11.10. Cumprir ao longo de toda a execução do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

11.12. Corrigir, prontamente, quaisquer erros ou imperfeições do(s) bem(s) entregue(s), atendendo, assim, as reclamações, exigências ou observações feitas pela fiscalização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

11.13. Informar endereço(s) eletrônico(s) para comunicação e recebimento de notificações e intimações, inclusive para fim de eventual citação judicial;

Processo nº 3.787/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas na Lei nº 14.133/2021:

12.1.1. Advertência;

12.1.2. Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato;

12.1.3. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;

12.1.4. Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;

12.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar;

12.2. A aplicação das sanções previstas nos subitens 12.1.2 e 12.1.3 observará os seguintes parâmetros:

12.2.1. 1% (um décimo por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea “c”, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

12.2.2. 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplemento parcial da obrigação assumida;

12.2.3. 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA; e

12.2.4. 0,1% (um décimo por cento) do valor do Contrato por dia de atraso (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato;

12.2.5. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;

12.2.6. As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais;

12.2.7. As sanções previstas no item 12.1 do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas de forma concomitantes e, não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato;

Processo nº 3.787/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

12.2.8. As multas previstas neste tópico não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas;

12.2.9. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido;

12.2.10. Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como antes da recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento;

12.2.11. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública;

12.2.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia;

12.3. A recusa das licitantes em assinar o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às penalidades previstas no subitem 12.1;

13. FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

13.1. Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços ou instrumento que fizer as vezes dele deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

14. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

14.1. É facultativo ao CONTRATANTE suspender a execução do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços e a contagem dos prazos mediante justificativas.

15. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

15.1. O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

15.1.1. A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

Processo nº 3.787/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

15.1.2. Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar;

15.1.3. Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à multa de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato;

15.1.4. A multa referida no subitem anterior não tem caráter compensatório, podendo, ainda ser compensada com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

15.2. Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- a) a devolução da garantia (se houver);
- b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

15.3. Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no subitem 15.1.4.

15.4. No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia (se houver).

16. DO REAJUSTE

16.1. Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, observada a Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

16.2. Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA–E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, calculado por meio da seguinte fórmula:

$$R = Po [(I-Io)/Io]$$

Onde:

R = valor do reajuste;

I = índice IPCA–E mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;

Io = índice do IPCA–E mensal relativo ao mês anterior ao da apresentação da Proposta;

Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

Processo nº 3.787/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

16.3. Caso o índice previsto neste Termo de Referência seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

17.2. contratação será atendida pela seguinte dotação:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – Abrigo Raio de Sol - FMCA

- I) Gestão/Unidade: Fundo Municipal Da Criança e do Adolescente;
- II) Fonte de Recursos: 170401;
- III) Programa de Trabalho: 08.243.0017.2.179;
- IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.39.29;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – Centro Dia do Idoso - FMDI

- V) Gestão/Unidade: Fundo Municipal de Direitos do Idoso;
- VI) Fonte de Recursos: 170401;
- VII) Programa de Trabalho: 08.241.0019.2.187;
- VIII) Elemento de Despesa: 3.3.90.39.29;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – Lar dos Idosos - FMDI

- IX) Gestão/Unidade: Fundo Municipal de Direitos do Idoso;
- X) Fonte de Recursos: 170401;
- XI) Programa de Trabalho: 08.241.0019.2.206;
- XII) Elemento de Despesa: 3.3.90.39.29;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – Café da Manhã do Trabalhador - FMAS

- XIII) Gestão/Unidade: Fundo Municipal de Assistência Social;
- XIV) Fonte de Recursos: 170401;
- XV) Programa de Trabalho: 08.122.0012.2.268;
- XVI) Elemento de Despesa: 3.3.90.39.29;



Processo nº 3.787/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

18. MEMÓRIA DE CÁLCULO

ITEM	CATSE R	DESCRIÇÃO	UNID.	Abrigo Raio de Sol	Centro Dia do Idoso (Bacaxá)	Centro Dia do Idoso (Sampaio Correia)	Centro Dia do Idoso (Jaconé)	Lar dos Idosos	Café da Manhã do Trabalhador	Visita Semestral	Quant.
1	3417	Desinsetização e Desratização	M²	437,9 2	370,22	168,05	284,0 3	87 3	53,0 6	2	4.372,5 6
2	13595	Higienização de Reservatórios	M³	3	2	6	13	24	-	2	96

INTEGRANTE TÉCNICO

INTEGRANTE TÉCNICO

Claydson Silva de Assis Faria

Matrícula: 8085-1

Setor Orçamentário

Pamella Dias da Fonseca

Matrícula: 961682-2

Setor Orçamentário

AUTORIDADE MÁXIMA

Joice Mattos Terra Bravo

Matrícula: 954527-8

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Saquarema, 08 de abril de 2025.